CONTRATO 68/2026

PROCESSO N° 1349/2026 – DISPENSA ELETRÔNICA N° 19/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARIRI/SP**, sediada na Rua Francisco Munhoz Cegarra, 126, Vila Maria, nesta cidade e comarca, Estado de São Paulo, CEP: 17255-070, inscrita no CNPJ MF sob o n° 46.181.376/0001-40, neste ato representada pelo ***Sr. Airton Luis Pegoraro,*** Prefeito Municipal, portador do CPF n° ***.***.119-53 e Carteira de Identidade n° **.***.264-5, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **LUIS RICARDO GARCIA - MEI**, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 30.110.309/0001-03, telefone (14)98104-8624, endereço de e-mail: luisgarciadigital@outlook.com, sediada na Rua Sebe Bolsoni, n° 179, cidade de Bariri, Estado de São Paulo, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo ***Sr. Luis Ricardo Garcia***, proprietário, portador da Carteira de Identidade RG n° **.***.791 SSP/SP e inscrito no CPF sob o n° ***.***.318-05, vêm de comum entre as partes qualificadas estabelecer os seguintes termos do contrato, com fundamento **Art. 75, II da Lei 14.133/2021:**

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais e mão de obra destinados à execução de coberturas metálicas em áreas externas da EMEI Creche Escola Municipal Marina Budin, conforme memorial descritivo elaborado pela unidade escolar, visando à melhoria da infraestrutura física, à proteção dos usuários contra intempéries e à ampliação das condições de segurança e conforto nos espaços de circulação e permanência.

ITEM	*QTDE*	*UNID.*	*DESCRIÇÃO*	*Valor Unit.*
01	*01*	*SV*	Área 01 - Frente de acesso até a rua. Estrutura metálica em metalon, cobertura em telhas galvalume, instalação de calhas e condutores de águas pluviais, em área aproximada de 15,00 m x 3,50 m.	*R$ 4.080,00*
02	*01*	*SV*	Área 02 - Complementação do telhado lateral. Estrutura metálica, cobertura em telhas galvalume, instalação de pés-direitos de apoio e rufo de fechamento, em área aproximada de 3,00 m x 3,80 m.	*R$ 5.100,00*
03	*01*	*SV*	Área 03 - Fundos da unidade escolar Prolongamento da cobertura existente com estrutura metálica, telhas galvalume, instalação de calhas, condutores e rufos, em área aproximada de 2,00 m x 6,90 m.	*R$ 13.940,00*
				VALOR TOTAL: R$ 23.120,00

1.2. Integram este contrato o Documento de Formalização de Demanda.

1.3. Este contrato vincula-se ao Documento de Formalização de Demanda que justifica a Dispensa de Licitação, formalizada com fundamento no artigo 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. A vigência deste Termo de Contrato será de 90 (noventa) dias, contados da data de assinatura do contrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de **R$ 23.120,00 (vinte e três mil cento e vinte reais)**, conforme descrição e quantidade que segue:

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2026 na classificação abaixo:

Ficha 575
020702 - Desenvolvimento do Ensino Básico
12.365.0008.2047.0000 - Manutenção de Creche-Escola Outros
4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento se dará da seguinte forma:
5.1.1. Após a liquidação do empenho que atesta a entrega do serviço, devidamente conferido e assinado pelo Diretor/Gestor do Contrato, os valores dispostos na cláusula terceira serão pagos à contratada, em até 30 (trinta) dias úteis, mediante Termo de Recebimento e Nota Fiscal, na qual conste o valor, o objeto e o número do Contrato, devendo ser acompanhada dos seguintes documentos da contratada:

5.1.1.1. Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

5.1.1.2. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

5.1.1.3. Certidão negativa de débitos junto às fazendas federal, estadual e municipal do domicílio sede da contratada.

5.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.3. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.4. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.5. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
5.6. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao setor de compras.

5.7. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direto a reajustamento de preços.
5.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.9. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. CLÁUSULA SEXTA - EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

6.1. A execução dos serviços deverá ocorrer de acordo com as especificações listadas no **Anexo I - Documento de Formalização de Demanda**.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

7.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

7.1.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

7.1.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste contrato;
7.1.5. Efetuar as retenções tributárias de acordo com a legislação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Executar a prestação dos serviços conforme descrito no **ANEXO I - Documento de Formalização de Demanda**.

8.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.3. Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações assumidas, bem como manter em dia, durante a vigência do contrato as condições de habilitação, responsabilizando-se por informar a Prefeitura Municipal de Bariri todo e qualquer fato impeditivo superveniente que impeça a habilitação da empresa e ou inviabilize sua capacidade de contratação com a Administração Pública Municipal;

9. CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES

9.1. Sem prejuízo das sanções previstas no artigo 155 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, a Contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida a defesa prévia:

9.2. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município de Bariri - SP pelo prazo de até 03 (três) anos, à pessoa física ou jurídica que:

a) Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Se, dentro do prazo estabelecido, o convocado não assinar o contrato;
c) Após recebimento do pedido, dentro da validade a proposta, não executar o serviço dentro do prazo;
d) Não mantiver a proposta, lance ou oferta;
e) Ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação;

9.3. A sanção que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas neste Contrato, garantindo o exercício de prévia e ampla defesa

9.4. Se dentro do prazo de 05 (cinco) dias, o convocado não assinar o contrato, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de sua qualificação, para assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto os preços atualizados ou então, revogará o processo, sem prejuízo da aplicação da multa, no valor correspondente 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

9.5. No caso de não execução do serviço, ficará caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, ficando a Contratada sujeita à multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato.

9.6. As multas lançadas pelo Município com base nos itens acima serão deduzidas diretamente dos créditos que a contratada tiver em razão da presente contratação ou, caso não haja débito para o abatimento, deverá ser recolhida aos cofres públicos do Município de Bariri, via tesouraria, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da notificação enviada pela Prefeitura Municipal de Bariri – SP.

9.7. As multas previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e consequentemente o pagamento delas não exime a Contratada da reparação de eventuais danos, perdas, ou prejuízos que seu ato punível venha a

acarretar à Administração.

9.8. O valor da multa poderá ser descontado diretamente da nota fiscal/fatura ou de eventual crédito contra o município, sendo que, no caso de multa em valor superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da Lei.

9.9. As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

9.10. Nenhum pagamento poderá ser efetuado à Contratada, enquanto pendente o inadimplemento de qualquer penalidade imposta, salvo motivo de compensação reconhecida.

9.11. A sanção de declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV, do artigo 156, da Lei nº 14.133/21, será aplicada nos seguintes casos das pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **caput** do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO

10.1. A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são previstos no art. 137 e seguintes, da Lei nº 14.133/21.

10.2. A contratada reconhece o direito da Administração de rescindir unilateralmente o contrato, no caso de inexecução total ou parcial das obrigações pactuadas, nos termos do artigo 137, da Lei nº 14.133/21.

10.3. A extinção do contrato poderá ser:

I - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

10.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

10.4. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - VEDAÇÕES

11.1. É vedado à CONTRATADA:

11.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

11.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PUBLICAÇÃO

12.1. Em virtude dos princípios da economicidade e eficiência, a publicidade será feita por meio do Portal Eletrônico, sem prejuízo do disposto no art. 94, da Lei nº 14.133/21.

13. CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS ENCARGOS

13.1. Todos os tributos e encargos que incidirem sobre o preço que constitua seu objeto, inclusive os reativos a devolução, se for o caso de recusa do recebimento, deverão ser pagos exclusivamente, pela contratada, que se responsabiliza pelo cumprimento de todas as obrigações impostas pela Legislação Trabalhista e de Previdência Social pertinentes ao pessoal contratado para a execução dos serviços avançados.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FISCALIZAÇÃO

14.1. Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/21, será designada representante para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços a **Sra. Cinira Moreira Giacone Mazotti**, Diretora de Serviços de Educação, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

14.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a

responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 117, da Lei nº 14.133/21.

14.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14.4. O fiscal do Contrato acompanhará os relatórios e a efetiva apresentação de serviço, nos moldes do art. 117, da Lei nº 14.133/21.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS.

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/21, Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da cidade de Bariri - Estado de São Paulo.
Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Bariri, 05 de agosto 2026.

CONTRATANTE
Airton Luis Pegoraro
Prefeito Municipal

CONTRATADA
Luis Ricardo Garcia
Proprietário

Testemunhas:

Nome: Ivani Maria de Carvalho
R.G.: **.***.377

Nome: Silvia Aparecida Cândido
R.G.: **.***.070-X

ANEXO I – DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA (DFD)

Art. 18, Inc. II c/c Art. 72, Inc. I, da Lei nº 14.133/2021

1. Do Objeto da Futura Contratação

1.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais e mão de obra destinados à execução de coberturas metálicas em áreas externas da EMEI Creche Escola Municipal Marina Budin, conforme memorial descritivo elaborado pela unidade escolar, visando à melhoria da infraestrutura física, à proteção dos usuários contra intempéries e à ampliação das condições de segurança e conforto nos espaços de circulação e permanência.

Descrição para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO:

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	Valor Unit.
01	*01*	*SV*	Área 01 - Frente de acesso até a rua Estrutura metálica em metalon, cobertura em telhas galvalume, instalação de calhas e condutores de águas pluviais, em área aproximada de 15,00 m x 3,50 m.	
02	*01*	*SV*	Área 02 - Complementação do telhado lateral Estrutura metálica, cobertura em telhas galvalume, instalação de pés-direitos de apoio e rufo de fechamento, em área aproximada de 3,00 m x 3,80 m.	
03	*01*	*SV*	Área 03 - Fundos da unidade escolar Prolongamento da cobertura existente com estrutura metálica, telhas galvalume, instalação de calhas, condutores e rufos, em área aproximada de 2,00 m x 6,90 m.	
				VALOR TOTAL: R$

2. Do Prazo da Contratação, Da Forma de Pagamento e Das Condições da Prestação dos Serviços.

2.1. O prazo da contratação será por 90 (noventa) dias, a contar da data da assinatura do instrumento contratual.

2.2. Os serviços deverão ser executados na EMEI Creche Escola Municipal Marina Budin.
Todos os serviços deverão ser executados conforme o memorial descritivo, observando as normas técnicas aplicáveis, as exigências de segurança do trabalho e as determinações da fiscalização da Prefeitura Municipal de

Bariri.

2.3. A empresa contratada deverá concluir a execução dos serviços em até 60 (sessenta) dias, contados da emissão da Ordem de Serviço ou da assinatura do instrumento contratual

2.4. O valor contratado será pago em parcela única, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis após a liquidação do empenho que atestar a execução integral dos serviços, mediante apresentação da Nota Fiscal devidamente conferida e assinada pelo setor competente.

2.5. No valor contratado deverão estar incluídas todas as despesas necessárias à execução da obra, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, transporte, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, emissão de ART/RRT, descarte de resíduos e demais custos diretos e indiretos necessários ao fiel cumprimento do objeto.

3. Da Necessidade da Contratação dos Serviços, dos Bens ou Produtos [Inc. I, §1°, art. 18, Lei n° 14.133/2021]

3.1. Em cumprimento ao inciso I do §1° do artigo 18 da Lei n° 14.133/2021, justifica-se a contratação em razão da necessidade de promover melhorias na infraestrutura física da EMEI Creche Escola Municipal Marina Budin, mediante a instalação e complementação de coberturas metálicas em áreas externas utilizadas diariamente por alunos, servidores, famílias e visitantes.
Atualmente, esses espaços encontram-se expostos às condições climáticas, especialmente à incidência solar e às chuvas, ocasionando desconforto, dificuldades de circulação e limitações na utilização adequada dos ambientes escolares.
A execução das coberturas proporcionará maior proteção aos usuários, melhoria das condições de acessibilidade, preservação das estruturas existentes e ampliação da funcionalidade dos espaços escolares, contribuindo diretamente para a qualidade do atendimento educacional.
A contratação é custeada por recursos provenientes da Emenda Impositiva n° 05/2026, destinada à manutenção predial da unidade escolar, no valor de R$ 23.135,00, atendendo ao interesse público e às necessidades da comunidade escolar.

4. Da Previsão da Contratação no Plano de Contratações Anual [Inc. II, §1°, art. 18, Lei n° 14.133/2021]

4.1. Informamos que a presente contratação encontra-se devidamente alinhada e prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) do Município de Bariri, para o exercício correspondente.

4.2. A demanda está registrada sob o código/sequencial https://pncp.gov.br/app/pca/46181376000140/2026, em plena observância ao disposto no art. 12, inciso VII, e no art. 18, inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021. Tal planejamento reforça o compromisso da

Administração com a racionalização das contratações, a garantia da proposta mais vantajosa e o princípio da eficiência, permitindo a adequada execução orçamentária e o cronograma de desembolso para o referido exercício.

4.3. A contratação observará as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e o planejamento institucional da Administração Municipal, contribuindo para a adequada execução orçamentária, racionalização das contratações públicas e atendimento das necessidades da rede municipal de ensino.

5. Dos Requisitos da Contratação [Inc. III, §1°, art. 18, Lei n° 14.133/2021]

5.1. A empresa deverá comprovar atuação no ramo pertinente ao objeto da contratação.

5.2. A empresa deverá comprovar sua regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária, na forma da legislação vigente.

6. Da Estimativa de Preços [inc. IV, V e VI §1°, art. 18, Lei n° 14.133/2021]

6.1. O valor estimado da contratação é de aproximadamente R$ 23.135,00 (vinte e três mil cento e trinta e cinco reais), conforme recursos provenientes da Emenda Impositiva nº 05/2026.

6.2. A estimativa será confirmada mediante pesquisa de preços realizada conforme a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, utilizando cotações junto a empresas do ramo, contratações similares realizadas pela Administração Pública e demais fontes oficiais admitidas.

7. Da Conclusão sobre a Adequação da Contratação para o Atendimento da Necessidade a que se Destina [inc. XIII, §1°, art. 18, Lei n° 14.133/2021

7.1. A contratação mostra-se necessária e adequada para atender às demandas da Diretoria Municipal de Educação e Cultura, garantindo melhores condições de segurança, conforto, acessibilidade e preservação do patrimônio público da EMEI Creche Escola Municipal Marina Budin.

7.2. Com a execução da obra será possível ampliar as áreas cobertas da unidade escolar, proporcionando melhores condições de circulação e permanência da comunidade escolar, reduzindo os impactos causados pelas intempéries e contribuindo para a melhoria do ambiente educacional.

8. Da Fiscalização [artigo 117, caput, da Lei n°• 14.133/2021]

8.1. A execução do objeto da presente contratação será acompanhada e fiscalizada pela Sr.ª Cinira Moreira Giacone Mazotti, Diretora Municipal de Educação e Cultura, ou por servidor formalmente designado pela

Administração Municipal, competindo-lhe verificar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, atestar o recebimento dos bens, comunicar eventuais irregularidades e adotar as providências necessárias à adequada execução do objeto contratado.

Bariri, 03 de Julho de 2026.

Cinira Moreira Giacone Mazotti
***Diretora Municipal de Educação* e Cultura**

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BARIRI
CONTRATADO: LUIS RICARDO GARCIA - MEI
CONTRATO N°: 68/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais e mão de obra destinados à execução de coberturas metálicas em áreas externas da EMEI Creche Escola Municipal Marina Budin, conforme memorial descritivo elaborado pela unidade escolar, visando à melhoria da infraestrutura física, à proteção dos usuários contra intempéries e à ampliação das condições de segurança e conforto nos espaços de circulação e permanência.

Estamos CIENTES de que:

a) ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução n° 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar n° 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP - CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2° das Instruções n°01/2020, conforme "Declaração de Atualização Cadastral" anexa;

e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

1. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Bariri, 05 de agosto de 2026.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:
Nome: Airton Luis Pegoraro
Cargo: Prefeito
CPF: ***.***.119-53

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:

Nome: Airton Luis Pegoraro
Cargo: Prefeito
CPF: ***.***.119-53
Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo Contratante:

Nome: Airton Luis Pegoraro
Cargo: Prefeito
CPF: ***.***.119-53
Assinatura: _____

Pela Contratada:

Nome: Luis Ricardo Garcia
Cargo: Proprietário
CPF: ***.***.318-05

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: Airton Luis Pegoraro
Cargo: Prefeito
CPF: ***.***.119-53
Assinatura: _____